

Campanha nacional contra a 6ª rodada de licitação da ANP**Trabalhadores em luta para garantir que o petróleo seja dos brasileiros**

A defesa da Petrobrás e da soberania do país são bandeiras de luta históricas dos petroleiros. A categoria liderou importantes mobilizações e campanhas nacionais neste sentido, como a luta na década de 60 pela encampação das refinarias privadas; a greve de 1983; a criação do Movimento Nacional em Defesa do Sistema Petrobrás, que já nos anos 80 atuava contra a quebra do monopólio; as mobilizações ao longo de toda a década de 90 contra o Programa Nacional de Desestatização, entre elas a histórica greve de maio de 1995; a campanha Privatizar Faz Mal ao Brasil, que denunciou o desmantelamento da Petrobrás enquanto empresa pública; e a luta, agora, contra a retomada dos leilões da Agência Nacional de Petróleo, que dão prosseguimento à política de entrega dos nossos blocos petrolíferos às multinacionais.

A ANP convocou para os dias 16 e 17 de agosto a 6ª rodada de licitação, onde serão leiloados os chamados blocos azuis, áreas produtoras potenciais de petróleo estratégicas para o país, que foram todas pesquisadas e mapeadas pela Petrobrás. A FUP, através da assessoria do DIEESE, preparou um documento detalhado denunciando os prejuízos que o leilão representará para o país (veja matéria no verso). Denúncias que estão sendo apresentadas ao governo e aos parlamentares.

No dia 13 de julho, a Federação participou em Brasília de uma reunião estratégica com a coordenação da bancada do PT, onde expôs de forma detalhada as implicações políticas e os riscos que estão por trás do leilão da ANP. Os parlamentares e suas assessorias estão convencidos dos prejuízos que esta ação trará para o país. O líder do PT na Câmara, Arlindo

Chinaglia, terá uma reunião com o presidente da Casa, João Paulo, para tratar desta questão. Os parlamentares também estão tentando agendar reuniões da FUP com o ministro da Casa Civil, José Dirceu, e com a ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff.

É fundamental que todos os brasileiros participem também desta luta, exigindo o cancelamento imediato da 6ª rodada de licitação da ANP. A FUP e os sindicatos de petroleiros, junto com a CUT e a CNQ, estão envolvendo nesta campanha a sociedade civil organizada, através da criação de comitês regionais. No dia 16 de julho, as mobilizações realizadas pela CUT em todo o país, reivindicando mudanças na política econômica, teve também como bandeira de luta a suspensão do leilão da ANP. Bandeira esta já incorporada às principais atividades da campanha reivindicatória dos petroleiros.

A FUP está organizando para a primeira quinzena de agosto uma grande mobilização nacional contra a 6ª licitação. Uma ação judicial também está sendo preparada pela assessoria jurídica da Federação, contestando a realização do leilão. A informação da ANP é de que 23 empresas já se cadastraram para participarem da licitação, a maioria multinacionais.

Vamos, portanto, aumentar a pressão junto ao governo para que interrompa imediatamente esse processo. O presidente Lula declarou seu apoio ao plebiscito boliviano que aprovou no último dia 18 a proposta do governo de nacionalização dos recursos energéticos e reconstituição da estatal petroleira. É, no mínimo, incoerente que o governo brasileiro permita que nossas reservas estratégicas de petróleo continuem sendo entregues às multinacionais.

Principais gestões da FUP contra o leilão dos blocos petrolíferos

09/06 - Reunião com o diretor de E&P da Petrobrás, Guilherme Estrela, que fez uma apresentação sobre a retomada dos investimentos no setor. Ele também explicou como se deu o processo de devolução das áreas não exploradas para a ANP. O diretor informou que tem posição contrária à 6ª licitação, mas que não pode intervir na decisão do CNPE.

30/06 - Reunião com o diretor da ANP, Haroldo Lima, que alegou ser de responsabilidade do governo a decisão sobre a realização do leilão, assim como dos blocos licitados.

07/07 - Reunião em Brasília com assessores do Ministério da Casa Civil e com os parlamentares Luciano Zica (PT/SP) e Vanessa Graziottin (PCdo B/AM). A Casa Civil esclareceu que a escolha das áreas de petróleo que serão licitadas foi feita diretamente pela ANP. Diante das denúncias apresentadas pela FUP, os representantes do Ministério se comprometeram a buscar mais informações sobre o leilão e o agendamento de uma reunião diretamente com o ministro José Dirceu para tratar desta questão. Fruto da reunião com a FUP, os parlamentares, através da Câmara de Deputados, cobraram esclarecimentos ao Ministério das Minas e Energia sobre a motivação do leilão.

12/07 - Reunião com o presidente nacional da CUT, Luis Marinho, que incluiu a luta contra a 6ª licitação nas principais reivindicações da Central junto ao governo e à sociedade.

13/07 - Reunião com a coordenação da bancada do PT na Câmara de Deputados Federais, com participação do líder, Arlindo Chinaglia (PT/SP), e dos vice-líderes do partido. Convencidos dos prejuízos que o leilão representará para o país, os parlamentares se comprometeram a lutar pela suspensão da 6ª licitação.

América Latina contra a privatização do petróleo

No seminário internacional, realizado pela FUP e ICEM, entre os dias 21 e 24 de junho, em Fortaleza, dirigentes sindicais petroleiros de 12 países da América Latina e Caribe aprovaram um importante documento que fortalece o papel do Estado em todos os segmentos do setor petróleo. A proposta é reverter imediatamente “os processos de privatização e flexibilização realizados e o fim de qualquer movimento que aponte para a transferência à iniciativa privada das petrolíferas estatais e dos recursos naturais”. Para isso, os petroleiros deliberaram pela construção de uma coordenação de trabalhadores que atuem nas empresas estatais de petróleo da região. O objetivo é integrar as diversas iniciativas existentes neste sentido e definir um novo perfil para o setor.

Historicamente, os petroleiros têm participado das principais lutas dos setores populares organizados da América Latina contra as reformas neoliberais. Em particular, contra a privatização das atividades de petróleo. No Brasil, a greve de 32 dias dos petroleiros, em maio de 1995, foi o que de fato impediu a Petrobrás de ser privatizada no governo Fernando Henrique.

Na Colômbia, os trabalhadores da Ecopetrol realizaram entre abril e maio deste ano uma corajosa greve de 35 dias, que mobilizou o país inteiro contra o decreto do governo Uribe Vélez, editado em junho passado, que liberava a privatização da empresa e a entrega de

suas reservas às multinacionais. A greve só terminou após o governo assinar em 26 de maio um acordo que garante a manutenção da Ecopetrol como estatal.

Na Bolívia, os setores populares organizados do país, entre eles os petroleiros, mobilizaram o país, de norte a sul, em uma histórica campanha nacionalista contra a entrega das reservas de gás às empresas multinacionais. Os bolivianos realizaram greves gerais, passeatas e manifestações, exigindo diariamente nas ruas a renúncia do então presidente Sánchez de Losada. O governo reagiu de forma violenta, matando mais de 80 bolivianos e deixando centenas de feridos. A população não se intimidou e conseguiu derrubar Sánchez de Losada, em outubro do ano passado.

Carlos Mesa assumiu o governo provisório do país, prometendo convocar novas eleições, uma assembléia constituinte e um plebiscito nacional para redefinir a política de hidrocarbonetos. Só agora assumiu os compromissos, após muita pressão popular. Os movimentos sociais organizados continuam mobilizados, exigindo a renacionalização das reservas de gás, privatizadas em 1995 e exploradas hoje, essencialmente, por multinacionais. Apesar da Bolívia ser o segundo maior produtor de gás da América Latina, a população vive à míngua, pois quase toda a produção é exportada pelas multinacionais.

Também no Equador os petroleiros vêm resistindo há 12 anos contra a

tentativa de privatização da Petroequador, enfrentando demissões, perseguições e violentos ataques dos governos neoliberais. Os dirigentes sindicais chegam a ser até mesmo acusados de terrorismo pelo governo, que, arbitrariamente, tenta criminalizar os líderes das mobilizações e campanhas nacionalistas em defesa da estatal de petróleo.

Na Venezuela, os trabalhadores da PDVSA estão recuperando o papel estatal da empresa e, assim, garantindo as reformas sociais de Hugo Chávez. Mas, para isso, tiveram que derrotar o locaute golpista imposto em dezembro de 2002 pelas chefias e gerências, que interromperam a produção da empresa por três meses. O locaute tinha por objetivo inviabilizar o governo Chávez, após a derrota sofrida pelas elites no golpe que tentou derrubar o presidente em abril de 2002. Os petroleiros, com a ajuda da população, retomaram a produção e recuperaram o comando das refinarias e áreas de exploração.

Na Argentina, os petroleiros ligados à Central de Trabalhadores Argentinos (CTA) estão mobilizados em torno da implementação da ENARSA, empresa estatal de energia criada em junho pelo governo para buscar a retomada de áreas de produção de petróleo que foram abandonadas. É o primeiro passo na tentativa de reversão dos estragos que a privatização causou em todo o setor de energia da Argentina.

O que está em jogo na sexta rodada de licitação da ANP

*As principais áreas petrolíferas que serão licitadas pela ANP fazem parte dos chamados blocos azuis, que ficaram com a Petrobrás na licitação zero, realizada em 1998. A estatal, no entanto, foi obrigada a devolver à Agência, em 2001 e em 2003, as áreas não exploradas;

*Os blocos azuis são contíguos às áreas onde a Petrobrás descobriu petróleo e gás. A própria ANP classifica esses blocos como de alta probabilidade de se encontrar óleo;

*Algumas das áreas que serão licitadas são adjacentes aos blocos onde a Petrobrás investiu em 2003 US\$ 800 milhões na exploração de petróleo e gás, aumentando em cerca de 5 bilhões de barris as reservas

brasileiras. Tudo isso em um período de apenas seis meses, tendo que devolver à ANP as áreas que não tiveram tempo suficiente para serem exploradas;

*São justamente esses os principais blocos que serão leiloados em agosto e cuja produção terá como destino as exportações, deixando o país vulnerável diante da evasão da reservas de petróleo;

*O mercado internacional consolidou um patamar mínimo para o barril de petróleo, em torno de US\$ 30 dólares, com tendência de crescimento;

*No Brasil, os derivados de petróleo respondem por mais de 30% da nossa matriz energética, percentual

que deve crescer, com a estratégia do governo de aumentar a participação do gás natural no fornecimento de energia às indústrias;

*O petróleo e seus derivados não podem mais continuar sendo tratados como *commodities*. São, sim, fontes de energia estratégica para o desenvolvimento do Brasil;

*Em meio a toda essa conjuntura, a ANP ameaça leiloar reservas estratégicas de petróleo/gás;

Esses e outros questionamentos fazem parte do documento elaborado pela FUP, que está sendo discutido com o governo e com parlamentares e se encontra disponível, na íntegra, na página da Federação na internet www.fup.org.br